



Anais da Assembléia

N. 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 110.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1985

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados: Anibal Khury e Rubens Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gemote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM N. 208/85

Curitiba, 11 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.^o Termo Aditivo datado de 27 de agosto de 1985, ao Convênio n. 63/84 celebrado em 27 de dezembro de 1984, pelo Estado do Paraná, através de suas Secretarias de Estado do Planejamento, da Agricultura e do Interior, e da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR e o Município de Curitiba, objetivando a execução da primeira etapa do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas" - "UNIBASE", na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado
em exercício

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 209/85

Curitiba, 11 de novembro de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes, datas e objetivos conforme abaixo se menciona:

I - Convênio MIC/DNRC/SIC-PR/n. 06/85, com o Ministério da Indústria e Comércio, datado do dia 13 de março de 1985, objetivando a cooperação financeira para implantação e operacionalização de parte do Projeto do Sistema de Informações da Secretaria da Indústria e do Comércio.

II - Convênio n. 008/85, com o Ministério da Indústria e do Comércio, através da Secretaria de Tecnologia Industrial, datado de 13 de março de 1985, visando a manutenção e atualização dos cadastros de entidades em ciência e tecnologia.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado
em exercício

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 210/85

Curitiba, 11 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes, datas e objetivos conforme abaixo mencionado:

I - número 01, com o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra, datado do dia 14 de março de 1985, objetivando a prorrogação do convênio n. 62/84, celebrado em 26 de dezembro de 1984, com vistas à continuidade do Programa de Preparação de Mão-de-Obra à Populações de Baixa Renda.

II - número 01, com o Ministério da Indústria e do Comércio, datado do dia 21 de agosto de 1985, objetivando

a retificação do plano de aplicação de recursos previsto no Convênio MIC/DRNC/SIC-PR/N. 06/85, celebrado em 13 de março de 1985, com vistas à cooperação financeira para implantação e operacionalização de parte do Projeto do Sistema Integrado de Informações da Secretaria da Indústria e do Comércio.

III com a fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, datado do dia 30 de setembro de 1985, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do Convênio celebrado em 24 de maio de 1985, com vistas à execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado,
em exercício

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 211/85 *Sup. 170/85*
Curitiba, 11 de novembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 14 de outubro de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Apucarana, Arapongas, Assis Chateaubriand, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Colorado, Engenheiro Beltrão, Florestópolis, Guairacá, Icaraíma, Iguaçu, Iporã, Iretama, Japurá, Jardim Alegre, Kaloré, Loanda, Mandaguari, Munhoz de Mello, Nova Londrina, Paranavaí, Pérola, Roncador, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Isabel do Ivaí, Santo Antônio do Caiuá, Terra Rica, Terra Boa, Terra Roxa e Uniflor, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado,
em exercício

À Diretoria Legislativa
Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em regime de urgência, o Projeto de Lei n. 273/85, que tem por objetivo denominar de JOSÉ ADAMOWICZ, o trecho da Rodovia PR-239, compreendido entre Cândido de Abreu e Reserva.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em regime de urgência, o Projeto de Lei n. 285/85, oriundo da Mensagem Governamental n. 199/85, que tem por objetivo assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos Professores Suplementares regidos pela Lei n. 6.508/73 e Decreto n. 5.012/74.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SAMUEL MILLÊO, ocorrido no último dia 18 (dezoito) de novembro.

O extinto, pessoa de mais alta respeitabilidade e membro de tradicional e conceituada família. Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal, e, com reconhecimento pelos trabalhos prestados a sua cidade, o povo o conduziu por duas vezes à Prefeitura Municipal de Piraí do Sul, na função de seu mais alto mandatário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Av. Manoel Ribas, 51 — 84.240 — Piraí do Sul — Pr.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja consignado Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Dr. CLYCEU CARLOS DE MACEDO, ocorrido no dia 19/11, em Ponta Grossa.

Requer também, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Augusto Ribas, 603, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

CLYCEU CARLOS DE MACEDO, natural de Teixeira Soares, residia em Ponta Grossa há 36 anos.

O extinto era casado com a Senhora Sada Rachel Curi de Macedo, e deixa os seguintes filhos: Emiliza, Carlos César, Clycey Carlos e Elidio Carlos.

Dentre os inúmeros títulos que poderíamos apontar no seu vasto currículo, Dr. Clyceu Carlos de Macedo era Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Presidente do Centro Cultural Euclides da Cunha, Presidente do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico, e Presidente do Museu Campos Gerais, em Ponta Grossa.

Sendo ainda formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, pelas suas qualidades pessoais e profissionais, como cidadão e homem público, soube granjear

a amizade e a confiança da comunidade pontagrossense, que se une à dor e ao luto da família.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Fabiano Sapoti Campelo, MD. Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a continuidade das obras de ampliação da rede de abastecimento de água no Jardim Santa Cruz de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

As obras de ampliação da rede de abastecimento de água no Jardim Santa Cruz de Campo Mourão tiveram início recentemente, para alegria dos moradores daquele bairro que há muitos anos vinham fazendo essa reivindicação. Entretanto, verificamos, através de reunião com os moradores na semana passada, que as obras foram interrompidas, deixando de atender grande parte das residências locais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando, através da FUNDEPAR, reparos urgentes na Escola Paulo VI de Campo Mourão, Ensino de 1.º Grau.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Paulo VI de Campo Mourão necessita de reparos urgentes em suas instalações, visando oferecer maior comodidade e segurança aos seus alunos. O atual estado de funcionamento desta escola é problemático e apresenta um quadro lamentável porque necessita desde pintura, muro, reposição de vidros nas janelas, reforma no piso e até mesmo reforma na instalação elétrica e sanitários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Ary Veloso Queiroz, MD. Diretor Presidente da COPEL, solicitando a continuidade das Obras de ampliação da rede elétrica no Jardim Santa Cruz de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Em atendimento às reivindicações dos moradores do Jardim Santa Cruz de Campo Mourão, a COPEL iniciou recentemente trabalhos de ampliação da rede elétrica, aumentando o número de residências atendidas, substituindo lâmpadas de postes e melhorando a iluminação nas ruas. Entretanto, na semana passada constatamos que esses trabalhos foram interrompidos. Solicitamos, na oportunidade e a pedido dos moradores, con-

tinuidade das obras visando solucionar por definitivo os problemas em pauta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Doutor Waldir Pires, solicitando autorização a nível de agência do INAMPS de Campo Mourão o número de 1.730 internamentos/mês (hospitalar), utilizando o critério para cálculo de "média mensal" e não "teto mensal".

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O índice de internamentos hospitalares no Município de Campo Mourão tem sido reduzido ao longo dos anos, embora exista aumento de número de pacientes necessitados desse serviço. Diante do verão que se aproxima, onde verificamos anualmente um aumento significativo de internamentos, especialmente no setor de pediatria, fazemos a presente solicitação visando amenizar os problemas causados pela redução da cota de internamentos hospitalares na região da Agência do INAMPS de Campo Mourão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, visando a criação da Universidade de Umuarama, na cidade de Umuarama, deste Estado.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama organizou-se de tal forma a ganhar influência regional, polarizando os municípios circunvizinhos que desde os princípios da abertura do Noroeste/Norte do Paraná têm na cidade de Umuarama ponto de apoio nos transportes coletivos, com bons ônibus de inúmeras empresas a interligar o grande sistema viário brasileiro, através das rodovias pavimentadas; oficinas de grande porte estruturaram o apoio técnico-mecânico ao parque de máquinas agrícolas e rodoviárias; armazéns facilitaram a concentração das safras e sua comercialização; escritórios forma montados; profissionais liberais aproximaram-se do movimento crescente; a população que chega prefere Umuarama por suas potencialidades, por suas estruturas cada vez melhores; os pioneiros estacionam suas famílias em Umuarama, com escolas, farmácias, hospitais para atender seus dependentes e passam abrir matas e encravar lavouras em toda a volta do município.

Essa movimentação desenvolvimentista instalou-se para sempre em Umuarama, fazendo-a cidade centro nervoso de produção e comercialização de produtos agropastoris, fazendo-a centro médico-hospitalar, fazendo-a centro de ensino e cultura com grandes estabelecimentos escolares e importantes faculdades, com o Direito, Filosofia, Filosofia, Administração.

Todas estas forças juntas, dão a Umuarama uma posição

Aug. 04
sólida, a tornar sólidos todos os projetos que ali se implantem como metas de governos atendendo os altos interesses do povo e de seus sistemas sociais arduamente alimentados e sustentados para concluir os ciclos que se alternam.

Senhor Governador José Richa: ajude-nos instalar uma Universidade em Umuarama.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 308/85 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica instituída a Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos, ativos e inativos, do Quadro Geral do Poder Executivo correspondente sempre a 55% (cinquenta e cinco por cento) dos vencimentos, e incorporável aos mesmos, para todos os efeitos legais.

Art.2.º - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação do disposto nesta Lei, serão devidos a partir da data do enquadramento definitivo no Quadro Geral do Poder Executivo, previsto no artigo 9.º da Lei n.7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art.3.º - Os Assistentes Jurídicos passam a ser denominados Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo.

Art.4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/11/85.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

Os Assistentes Jurídicos do Quadro Geral do Poder Executivo são advogados aprovados em processo de ascensão previsto na Lei n.7.424/80 e disciplinado pelo Decreto n.4.158/81.

O nível de escolaridade exigido para ingresso nessa carreira é o mesmo exigido para as carreiras de Procurador do Estado, Promotor de Justiça e Juiz de Direito.

Entre estes, a Gratificação de Representação só não é paga aos Assistentes Jurídicos.

No entendimento da melhor doutrina, a gratificação de Representação é definida como uma espécie de ajuda de custo destinada a cobrir despesas diversas a que o agente está obrigado por causa da representação exercida, de modo a assegurar o status de certos cargos, no interesse e vantagem do empregador.

As atribuições dos Assistentes Jurídicos e os pré-requisitos exigidos para ingresso na carreira, estão explicitados no Anexo I, do Decreto n.4.158/81. E são incisivos: Os Assistentes Jurídicos estão obrigados a desempenhar suas funções interna corporis e externa corporis.

Na externa, devem:

*Representar a parte de que é mandatário, comparecendo às audiências e to-

Curitiba, quarta, em 20.11.85
mando sua defesa, para pleitear decisões favoráveis."

É portanto inegável, não só no aspecto formal mas também no prático, que os Assistentes Jurídicos atuam na esfera judicial, defendendo os interesses de pessoas diversas, seja no interesse da administração direta (assistência judiciária gratuita aos necessitados), seja no interesse da administração indireta.

Desse modo, a concessão da gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos virá corrigir uma situação de fato e de direito, além de reparar parcialmente a defasagem existentes na remuneração de profissionais com idêntica escolaridade, e convenhamos, a atividades semelhantes.

Isso posto, ou para melhor demonstrar nossas afirmações, propomos o exame do quadro abaixo. Esse quadro especifica a remuneração de profissionais do Direito, integrantes do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado e do Quadro Geral do Poder Executivo, em final de carreira, com trinta e cinco anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná:

CARGO	CARGO
Proc. do Estado	Assit. Jurídico
VENC.	VENC.
3.807.650	3.161.728
ADIC.	ADIC.
3.831.373	1.988.391
G.R.	G.R.
2.284.590	-
G.P.	G.P.
485.918	453.524
TOTAL	TOTAL
10.409.531	5.603.643

Os números demonstram melhor que as palavras.

Verifica-se assim, que o advogaado pertencente à Procuradoria Geral do Estado percebe ao se aposentar mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do que seu colega, também advogado; ambos do Poder Executivo.

Convenhamos que o tratamento é injusto. Os Assistentes Jurídicos para ingressarem nesta carreira tiveram que se submeter a rigoroso processo de ascensão, constituído de provas escritas e de títulos, porque outra opção não lhes foi dada.

Se aprovada a proposta ora submetida, os Assistentes Jurídicos passarão a perceber, após trinta e cinco anos de serviços, a seguinte remuneração:

VENCIMENTO	3.161.728
ADICIONAIS	3.082.007
GRAT. REP.	1.738.950
GRAT. PROD.	453.524
TOTAL	8.436.209

Os valores lançados são os vigentes no mês de novembro de 1985.

É indispensável também salientar que

os atuais Assistentes Jurídicos ao se aposentarem por tempo de serviço, em sua grande maioria, jamais atingirão a referência final da carreira, porque os critérios para enquadramento e o sistema de progressão (que consiste na passagem de uma referência para a imediatamente superior, mediante aferição de desempenho apurado por meio de pontos), constantes da Lei n.7.424/80, exigem interstício mínimo de 2 (dois) anos na referência.

Finalmente, dadas as razões apresentadas não há porque prosseguir mantendo a atual denominação de Assistente Jurídico, visto que agem com independência profissional e não na qualidade de "assistentes", a adjuntos ou auxiliares de titulares. Por isso propomos a alteração da denominação da carreira, passando de Assistente Jurídico para Advogado do Quadro Geral do Poder Executivo.

Entendemos que nossa proposta deva merecer a necessária atenção, especialmente em virtude de seu alto conteúdo social e por ser de justiça.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Havendo declinado, consulto à Liderança da Frente Liberal, se fará uso do seu horário.

O Sr. Gilberto Carvalho - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS. Ausente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 243/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 175/85), que encaminha Orçamento Programa e a atualização do Orçamento Plurianual de Investimentos para o exercício de 1986. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE ORÇAMENTO ao Projeto e CONTRÁRIO às EMENDAS. Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Se-

nhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, declinamos da questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Será procedida a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação)

10 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.243/85 (Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1986)

e dos Projetos de Lei n.245/84, 96/85, 137/85, 158/85, 168/85, 171/85, 174/85, 192/85, 210/85, 219/85, 257/85, 268/85 e 274/85.

e dos Projetos de Resolução n.132/85, e 133/85.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.225/85.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.135/83, 261/84, 384/84, 46/85, 78/85, 84/85, 114/85, 125/85, 132/85, 148/85, 184/85 e 207/85.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n.170/85.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.151/85, 154/85, 157/85, 161/85, 172/85, 176/85, 186/85, 190/85, 196/85 e 198/85.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e oitenta e cinco, às dez horas e quinze minutos, reuniu-se a Comissão Especial de reforma à Constituição. Sob a presidência do Senhor Deputado Paulo Furiatti, e contando com a presença dos Senhores Deputados Orlando Pessuti,

Rubens Bueno e Nilso Sguarezi, membros efetivos da Comissão Especial e Presidente desta Casa, respectivamente. Foi registrada ainda, as presenças dos prefeitos dos municípios de: Califórnia, Boa Vista da Aparecida, Altônia, Maria Helena, Alto Paraná, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Capitão Leônidas Marques, Mandirituba, Almirante Tamandaré e Matinhos, e do senhor Rubens Arno Cramer, Diretor Executivo da Associação dos Municípios do Paraná. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos; dizendo que a finalidade da presente reunião é para debater e ouvir a opinião de todos os participantes sobre a proposta de Emenda Constitucional, de autoria do deputado Nilso Sguarezi, com a seguinte redação: Artigo Único- O Artigo 122 da Constituição Estadual, fica acrescido de um parágrafo único com 5 (cinco) incisos, na adequação de critérios de distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, a que se refere o parágrafo 9.º do artigo 23 da Constituição Federal, alterado pelo artigo 3.º da Emenda Constitucional n.17, de 02.12.80, com a seguinte redação: Art.122 - ... Parágrafo Único - A distribuição da parcela do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias devida aos municípios, constituir-se-á dos seguintes percentuais: I - SETENTA E CINCO POR CENTO (75%) pelo critério do número, digo, do valor adicionado; II - DOZE POR CENTO (12%) pelo critério do número de habitantes; III - CINCO POR CENTO (5%) pela área territorial; IV - CINCO POR CENTO (5%) pelo número de propriedades rurais existentes, segundo levantamento do órgão oficial do Estado; V- TRÊS POR CENTO (3%) como fator fixo de distribuição igualitária a todos os municípios. Após quase duas horas de discussão sobre a matéria e tendo usado da palavra todos os participantes, ficou decidido que nova reunião será realizada amanhã, dia 21 de novembro, ocasião em que serão ouvidos os prefeitos dos grandes municípios que se acham prejudicados com a aprovação da referida Emenda Constitucional. Usando da palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti, Relator Geral da Comissão, disse que esta reunião com os prefeitos dos grandes municípios, é necessária, pois pretende ouvir e conhecer a opinião dos mesmos sobre a proposta de Emenda Constitucional, para depois, apresentar o seu Parecer à Proposição n. 136/85, que versa sobre a distribuição do ICM aos municípios de nosso Estado, disse ainda, que a Comissão se reunirá no próximo dia 25, segunda-feira, oportunidade em que será votado o seu parecer, para que no dia 26, o mesmo vá à publicação e posteriormente, dia 27 e 28, a Emenda seja encaminhada ao plenário para votação em dois turnos, em seguida de-

volvida a Comissão Especial para que seja elaborada a Redação Final e esta por sua vez, depois de aprovada seja encaminhada a Mesa, para que seja remetida ao Plenário para apreciação. E para melhores esclarecimentos, anexamos as notas taquigráficas da presente reunião, que fará parte integrante da presente Ata. Sendo o que constava e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, mandando que se lavrasse a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, e mandada à publicação, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1985

(aa) Deputado PAULO FURIATTI

Presidente

Deputado ORLANDO PESSUTI

Relator Geral

Deputado RUBENS BUENO

Membro

AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS

Secretário.

LICITAÇÃO REFERENTE AO

PROTOCOLO N. 10.647/85

Ao Senhor Primeira Secretário.

I- Providenciada a licitação para os serviços de interligação telefônica entre os prédios do "Plenário" e "Anexo ao Plenário", participaram da licitação as firmas PAN, IRMÃOS CARCERERI e TELEFORM.

II- A firma PAN - Projetos e Construções de Redes Telefônicas Ltda. só apresentou proposta para os cabos e blocos no valor de CR\$ 55.949.778 (fls. 06 e seguintes).

III- A firma IRMÃOS CARCERERI LTDA., apresenta os preços para os serviços de canalização subterrânea e a instalação de calha no valor total de CR\$ 17.304.000, contudo se retirarmos, ainda, a instalação da eletrocalha, o preço do serviço fica em CR\$ 12.804.000 (doze milhões, oitocentos e quatro cruzeiros).

IV- A empresa TELEFORM- Comércio e Representações de Equipamentos de Telecomunicações Ltda.m divide a sua proposta em:

a) Material não cotado pela firma Irmãos Carcereri e o fornecimento e instalação da eletrocalha no total de CR\$ 55.115.320 (cinquenta e cinco milhões, cento e quinze mil, trezentos e vinte cruzeiros).

b) Mão de obra e outros materiais (cotados pela Irmãos Carcereri) valor de CR\$ 18.984.000 - Valor Total CR\$ 74.099.320.

V- Assim se utilizamos os serviços da empresa Irmãos Carcereri Ltda. (sem a utilização da eletrocalha) e o material do item A da Firma Teleform teríamos um total de CR\$ 67.919.320.

VI - Pelo exposto somos pela contratação da:

a) Firma TELEFORM - Comércio e Representação de Equipamentos de Telecomunicações Ltda, para: (fls. 14).

1- Fornecimento e instalação de 270 m de cabo telefonico CTP. APL na capacidade de 40 x 200 - CR\$ 52.843.320

2- Fornecimento e instalação de 08 blocos BLI -50 pares - CR\$ 736.000

3- Fornecimento e instalação de 12 m de eletrocalha - CR\$ 1536.000

TOTAL CR\$ 55.115.320 (Cinquenta e cinco milhões, cento e quinze mil, trezentos e vinte cruzeiros).

b) firma IRMÃO CARCERERI LTDA - (fls. 11):

1- Levantamento de pavimentação de 6 m. ³ asfáltica - CR\$ 270.000

2- Reposição de pavimentação asfáltica 18,00 m. ³ - CR\$ 1.440.000

3- Levantamento e reposição de grama e folhagem 40. ² - CR\$ 344.000

4- Execução da canalização subterrânea com o fornecimento de dutos PVC 075 mm e eletrodutos PVC 0 50mm e peças complementares:

- 2 furos, 75 mm, envolvidos em terra - 95,00 - CR\$ 4.560.000

- 2 furos, 75 mm, envolvidos em concreto 45 m - CR\$ 3.420.000

- 2 furos, 50 mm, envolvidos em terra, internos à calha - 18 m - CR\$ 990.000

- 5 Execução de caixa subterrânea tipo R1, em tijolos, com fornecimento do tampão 3 ud - CR\$ 1.500.000

- 6 Fornecimento e instalação de tampão tipo R1, em caixa existente lud - CR\$ 280.000

Total CR\$ 12.804.000 (Doze milhões, oitocentos e quatro mil cruzeiros).

TOTAL GERAL : CR\$ 67.919.320 (Sessenta e sete milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e vinte cruzeiros).

S / M / E

Em 13 de novembro de 1985.

AIMORE OD ROCHA - DAT

ENG: CELSO F. DZIEDZIC

I- AUTORIZAMOS, nos termos da informação constante das folhas 26 e 27 do Diretor da Diretoria de Apoio Técnico e Engenheiro.

II- Ao DAT para empenho da despesa.

Em 19 de novembro de 1985.

NILSO SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário
KIELSE CRISÓSTOMO
2.º Secretário

LICITAÇÃO REFERENTE AO
PROTOCOLO N. 10719/85

Ao Senhor Primeiro Secretário:

I- Procedida a licitação para construção da ligação entre os prédios do Plenário e Anexo ao Plenário, como convite, dela participaram com os respectivos valores globais:

a- Construtora Guetter Ltda
452.050.000

b- Construtora Marna Ltda
264.801.000

c- PG- Construtora Ltda
415.930.000

d- TENGEL Ltda
281.000.000

e- ELOFER
289.000.000

II- Nos termos do art. 2.º da Lei n. 6.946 de 17 de setembro de 1981, os valores estão dentro da modalidade utilizada de licitação .

III- Dentro das especificações técnicas apresentadas e condições da proposta a CONSTRUTORA MARNA LTDA, apresentou proposta pelo menor preço no valor de CR\$ 264.801.000 (duzentos e sessenta e quatro milhões, oitocentos e hum mil cruzeiros), com o cronograma financeiro de CR\$ 127.923.000 após os trinta dias e o restante de CR\$ 136.878.000 na entrega da obra.

Em 14 de novembro de 1985.

AIMORE OD ROCHA

Diretor do DAT

Visto:

Eng. CELSO F. DZIEDZIC

I- AUTORIZAMOS a contratação da firma CONSTRUTORA MARNA LTDA, nos termos da informação supra da DAT e engenheiro.

II- Ao DAT para providenciar a minuta contratual

III- Ao DG para assinatura do contrato com a firma.

IV- Ao DAT para empenhar.

Em 19 de novembro de 1985.

(aa) NILSO SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
B A L A N C E T E
ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 1985

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Banestado - C/C 3138	7.166.705	IRF a Recolher	16.488.207
Banestado - C/C 29600	13.957.235	Seguros a Recolher	1.052.800
Banestado - Poupança	421.607.852	Títulos Descontados	209.500.000
Valores Mobiliários	10.243.445.941		<u>227.041.007</u>
Empréstimos Concedidos	146.574.469	PATRIMÔNIO	
Títulos a Receber	209.500.000	Patrimônio Líquido	3.547.476.446
IRF Compensável	88.018.886		
	<u>11.130.271.088</u>		
IMOBILIZADO		RECEITA	
Móveis e Utensílios	30.100	Renda de Contribuições	2.611.582.390
		Renda de Títulos	5.777.634.256
DESPESAS		Juros de Empréstimos	125.098.141
Aposentados	1.151.934.134	Outras Rendas	<u>11.495.467</u>
Serviços de Terceiros	17.153.880		8.525.810.254
Materiais de Consumo	827.285		
Seguros	<u>111.220</u>		
	1.170.026.519		
TOTAL DO ATIVO	12.300.327.707	TOTAL DO PASSIVO.....	12.300.327.707

ODENI VILLACA MONGRUEL
Tesoureiro

ARTAGÃO DE MATOS LEÃO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635